

# Cultura escolar material na história da instrução pública primária no Paraná

Anotações de uma trajetória de pesquisa

Gizele de Souza\*

## **Resumo:**

Este artigo propõe-se a discutir a organização dos espaços e do mobiliário dos estabelecimentos primários públicos no estado do Paraná, no decorrer dos anos de 1910, a fim de examinar as finalidades e os sentidos que os espaços e a mobília adquiriram na organização pedagógica desses estabelecimentos de ensino. As fontes utilizadas foram: legislação educacional paranaense, relatórios de instrução pública e matérias de jornais paranaenses. Entende-se que o estudo da cultura material escolar pode constituir-se em ferramenta de investigação histórica de práticas escolares, suas representações e apropriações.

## **Palavras-chave:**

*cultura escolar; instrução pública; ensino primário; grupos escolares; Paraná.*

---

\* Doutora em educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e da linha de história e historiografia da educação no Programa de Pós-Graduação da mesma universidade.

# School material culture in the history of primary public instruction in Paraná

notes of a research trajectory

Gizele de Souza

**Abstract:**

This article intends to discuss basic public school buildings space and furniture organization in the state of Paraná, during the years of 1910, in order to analyse the objectives and the senses that space and furniture acquired in pedagogical organization in such teaching buildings. The sources used were: Paraná's educational legislation, public teaching reports, and Paraná's newspapers articles. It is understood that the school material culture study might be constituted in an historical investigation tool of school practices, their representation and appropriations.

**Keywords:**

*school culture; public teaching; basic school; school groups; Paraná.*

O objetivo deste texto é discutir a organização dos espaços e mobiliário dos estabelecimentos primários públicos no estado do Paraná, com especial destaque para os grupos escolares, no decorrer dos anos de 1910, a fim de examinar as finalidades e os sentidos que os espaços e a mobília adquiriram na organização pedagógica desses estabelecimentos de instrução pública. Importa investigar a questão dos espaços e do mobiliário nos anos que iniciaram a constituição dos grupos escolares paranaenses, no intuito de perceber de que modo esses elementos da cultura escolar foram dando materialidade ao projeto de renovação pedagógica da instrução pública republicana do século XX<sup>1</sup>. Para tanto, utiliza-se de fontes como relatórios de instrução pública, legislação educacional e artigos da imprensa local.

A posição aqui é de que examinar esses elementos da cultura material, como por exemplo: espaço, mobília e utensílios escolares, pode auxiliar no estudo da cultura escolar, entendendo-a com Martín (2001) que esta se objetiva por meio de “uma série de símbolos, estruturas, normas, pautas, tons, estilos, modos, códigos, costumes, tradições, formas de atuar, maneiras de pensar” (Martín, 2001, p. 20).

Desde final do século XIX era notória a explicitação do descontentamento, por parte de autoridades governamentais<sup>2</sup>, em relação à situação do ensino, bem como, por consequência, em relação às próprias condições do estado paranaense. Tal perspectiva se segue na avaliação do diretor geral do ensino, Victor Ferreira do Amaral: “me parece, *prima visu*, que esse organismo não apresenta a louçania de um estado hígido; pelo contrário, divisam-se-lhes logo sintomas de depauperamento e distrofia, indício certo de que algum vício orgânico lhe perturba a estrutura íntima” (Relatório do diretor geral da Instrução Pública,

- 
1. Para mais detalhes sobre a organização da instrução pública primária no Paraná, no decorrer do século XX, ver tese de doutorado, Souza (2004).
  2. A título de esclarecimento, indica-se que a direção política do Paraná no primeiro quadriênio do século XX (1900-1903) estava sob responsabilidade de Francisco Xavier da Silva, que se fazia acompanhar de Octavio Ferreira do Amaral e Silva, como secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, e de Victor Ferreira do Amaral e Silva, como diretor geral da Instrução Pública.

Victor Ferreira do Amaral e Silva, ao secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública do estado do Paraná, Octavio Ferreira do Amaral e Silva, 1900, p. 71). E a solução que apresenta para romper tal estado de precariedade estava calcada em novos moldes de ensino público, cujas sementes estariam disseminadas pelo Brasil há várias décadas, já no Oitocentos.

Questão central e recorrente nos textos de relatórios das autoridades paranaenses nos primeiros anos do século XX era a necessidade instalada de provimento de escolas públicas no estado, bem como de construção de estabelecimentos de ensino mais apropriados e de melhoria das nomeadas “casas escolares”. A construção de edifícios e de modernização pedagógica para a instrução do Paraná tinha como forte referência o estado de São Paulo<sup>3</sup>. “Uma inovação que convém ser instituída entre nós e que belos resultados têm dado no próspero Estado de S. Paulo, é a criação de grupos escolares, podendo-se logo iniciar estabelecendo um nesta Capital” (Relatório do diretor geral da Instrução Pública, Victor Ferreira do Amaral e Silva, ao secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública do estado do Paraná, Octavio Ferreira do Amaral e Silva, 1902, p. 38).

Eis que surge o grupo escolar como ícone da inovação pedagógica, fruto de reformas do aparelho escolar, trilhas em que o Paraná se deveria guiar para estar em consonância com as propagadas reformas de instrução popular, conforme já se realizava em outros estados da federação.

Na tarefa de atender aos propósitos republicanos de “instruir e civilizar” por meio da escola, produziu-se o entendimento que ações públicas deveriam ser tomadas na direção da reconfiguração dos espaços e tempos escolares, da adequação dos programas e métodos de ensino, da

---

3. Vale esclarecer que se trabalha aqui com a perspectiva de circulação de idéias e projetos e não de uma influência linear da experiência político-educacional de um estado da federação a outro, como no caso de São Paulo em relação ao Paraná. Entende-se que São Paulo ocupara o lugar e a estratégia de um “sistema modelar”, na utilização feita por Marta de Carvalho, que define tal sistema em duplo sentido: “na lógica que presidiu a sua institucionalização e na força exemplar que passa a ter nas iniciativas de remodelação escolar de outros estados” (Carvalho, 2000, p. 225).

mobília e utensílios na dita “nova” escola republicana que se desenhava no Paraná nos anos iniciais do século XX.

As sementes lançadas no Brasil, no último quartel do século findo, pelo meu saudoso mestre-Barão de Macaúbas – e frutificadas em mãos de seus dignos continuadores, preceptores eméritos, na aplicação desses maravilhosos métodos pedagógicos modernos, tiraram à escola a feição lúgubre, dando-lhe um aspecto mais aprazível, que atrai a infância como uma continuação do lar materno [Relatório do diretor geral da Instrução Pública, Victor Ferreira do Amaral e Silva, ao Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública do estado do Paraná, Octavio Ferreira do Amaral e Silva, 1900, p. 72].

A discussão, à época, estava centrada na necessidade de implantação dos grupos escolares como símbolo de renovação e modernização da instrução pública no Paraná. Essa desejada inovação exigia edificação e mobília condizentes aos preceitos da pedagogia moderna que circulavam no período. Todavia, o que se encontrava nas escolas públicas paranaenses não era nada estimulador.

A mobília das escolas públicas, em geral, anda em completo antagonismo com os preceitos da higiene pedagógica; pelo que, se as condições financeiras do Estado o permitissem, seria necessário fazer-se uma substituição quase integral. E não é isso questão de somenos importância, porquanto moléstias e deformações há que buscam sua origem nos bancos das escolas [Relatório do diretor geral do Ensino, Victor Ferreira do Amaral e Silva, ao secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, sobre o ano de 1902, publicado em 1903, pp. 38-39].

Essa difícil situação poderia ser superada, segundo expectativas das autoridades paranaenses, com a construção de prédios considerados adequados, e entre eles emergia o grupo escolar como modelo mais arrematado de renovação pedagógica.

Um dos escolhos para a boa distribuição das escolas, não só nas cidades como nos pequenos povoados, continua a ser a falta de prédios apropriados,

dificuldade que só será sanada quando o estado puder mandar construir casas escolares adequadas nos lugares mais convenientes [idem, p.38].

Os grupos escolares paulistas serviam, nesse período, de referência para a edificação dos prédios e a correspondente organização da rotina e mobiliário. O plano de organizar grupos escolares no Paraná articulava-se à idéia de uma “nova escola”, em uma reunião de escolas demarcadas por sistematização do ensino, com gradações de séries, uma nova “forma escolar” até então ausente no estado, diferentemente dos agrupamentos de escolas isoladas. Todavia, concomitantemente as construções de grupos escolares, erguiam-se as denominadas “casas escolares”, que se constituíam, para esse período, o modelo mais provável de organização de ensino em lugar dos grupos, segundo o argumento das autoridades locais. “A organização do ensino por grupos escolares é útil e proveitosa nos lugares densamente povoados. Às nossas cidades de grandes áreas e pouca gente aplicam-se melhor as casas escolares, construídas em vários pontos, criteriosamente localizadas” (Relatório do delegado do Ensino da 3ª Circunscrição, Ismael Alves Pereira Martins, ao diretor geral da Instrução Pública do Paraná, Arthur Pedreira de Cerqueira, 1908, p. 5). Verifica-se claramente a destinação de grupos escolares para o cenário urbano e concentrações populacionais e a de casas escolares para a maioria das localidades periféricas.

A localização para a construção do primeiro grupo escolar do Paraná, o “Xavier da Silva”, não foi avaliada como a mais adequada, porém se relatava que o espaço do edifício do grupo continha “espaçosas salas e recreios cobertos ao ar livre” (Relatório do secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Bento José Lamenha Lins, ao presidente do estado do Paraná, Vicente Machado da Silva Lima, sobre o ano de 1904, publicado em 1905, p. 23). Essa situação divergia da maioria das escolas isoladas no estado do Paraná. Segundo as palavras do diretor interino Reinaldo Machado, “é triste de ver-se, mesmo nos arredores da nossa capital, escolas instaladas em casebres sujos, sem luz e sem ar, com grave prejuízo para a saúde dos pequenos seres que as freqüentam” (Relatório do diretor interino da Instrução Pública, Reinaldo Machado, ao secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Bento José Lamenha Lins, 1904, p. 51).

Interessante observar que embora a construção de edifícios para acolher grupos escolares no estado do Paraná se tenha dado a partir de 1903<sup>4</sup>, somente em 1909 é que se observará a menção a esse tipo de escola primária em texto legal paranaense, precisamente no Regulamento Orgânico do Ensino Público do Estado<sup>5</sup>. Antes, os regulamentos de 1901<sup>6</sup> e 1907<sup>7</sup> referiam-se apenas à divisão do ensino em 1º e 2º graus, ministrado nas escolas particulares e nas criadas e mantidas pelas municipalidades conforme se prescrevia no regulamento de 1901.

As referências modelares de livros e mobílias para os futuros grupos escolares paranaenses chegavam de São Paulo e Rio de Janeiro, sendo materiais de referências que circulavam nas exposições internacionais realizadas nos países europeus e nos Estados Unidos<sup>8</sup>.

Segundo a professora normalista Carolina Pinto Moreira – que fora enviada a São Paulo pelo governo paranaense para estudar a organização

- 
4. Em 1903, o governo paranaense adquiriu por compra um terreno para lá construir o primeiro grupo escolar, que seria denominado “Xavier da Silva” e que deveria conter, pelo projeto original, “seis escolas, três para cada sexo” (Relatório do secretário de Obras Públicas e Colonização, Arthur Pedreira de Cerqueira, ao governador do estado do Paraná, Francisco Xavier da Silva, sobre o ano de 1903, publicado em 1904, p. 17). No mesmo ano, iniciou-se na região chamada de “Norte Velho do Paraná”, na cidade de Castro, a construção de outro grupo escolar, que veio a receber o nome de “Vicente Machado”, para atender quatro escolas para dois sexos. As obras foram concluídas em 1904.
  5. Lei n. 894, de 19 de abril de 1909, regulamentada pelo decreto n. 510, de 15 de setembro de 1909.
  6. Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná definido pelo decreto n. 93, de 11 de março de 1901. Esse regulamento veio em substituição ao primeiro regulamento de instrução da República, de 1895, instituído pelo decreto n. 35, de 9 de fevereiro de 1895.
  7. O vice-presidente do estado do Paraná, no uso da autorização concedida pela lei n. 723, de 3 de abril de 1907, determinou que, a partir de 16 de janeiro de 1908, fosse observado o novo Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná, aprovado pelo decreto n. 479, de 10 de dezembro de 1907. Mas esse regulamento da instrução e as decorrentes normatizações, na prática, vigoraram apenas por um mês, de 16 de janeiro a 26 de fevereiro de 1908. No ano seguinte, foi aprovada a lei n. 894, de 19 de abril, que reorganizava a instrução no estado do Paraná. Foi instituído o Regulamento Orgânico do Ensino Público do Estado pelo decreto n. 510, de 15 de setembro de 1909.
  8. Sobre exposições universais, ver Pesavento (1997), Kuhlmann Jr. (2001) e Warde (2002).

do ensino primário em 1907<sup>9</sup> – as teses em circulação na época já demonstravam que a higiene das escolas dependia em grande parte do mobiliário nelas usado e sugeria a aquisição de bancos e carteiras nomeadas “tipo americano”. Pelas palavras da professora: “bancos e carteiras do tipo americano, dos quais, precedendo autorização do Governo, eu trouxe de S. Paulo os dois exemplares que se acham depositados em uma sala da Escola Normal” (Relatório da professora Carolina Pinto Moreira, ao presidente do estado do Paraná, João Candido Ferreira, 1907, p. 11).

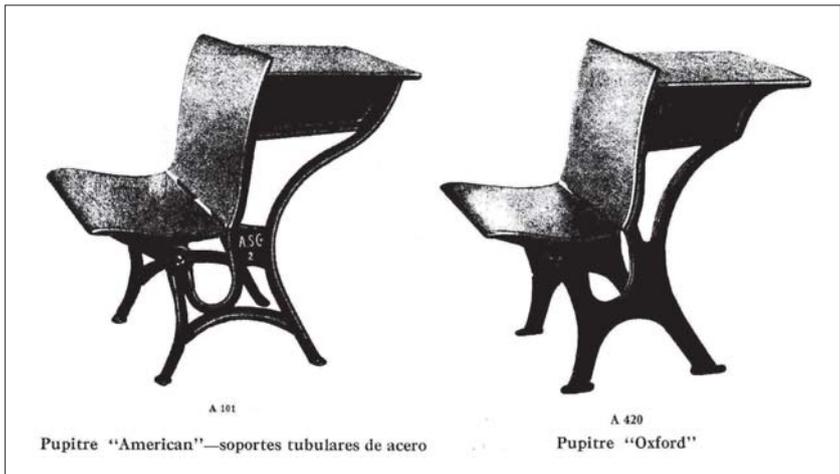


Figura 1: Carteira “A 101”: carteira “americana”, suportes tubulares de aço. Carteira “A 420”: carteira “Oxford”, modelo fixo (extraído do *Catálogo moderno para escuelas*, s.d., p. 3A e 6A).

É apresentada, no catálogo intitulado “Mobiliario Moderno para Escuelas”<sup>10</sup>, a carteira de modelo “A 101” (Figura 1), considerada, entre os inúmeros modelos expostos, o mais usual e indicado para “escuelas donde se deseen muebles de buena calidad y apariencia, fuertes, sólidos, durables, limpios y económicos” (*Catálogo moderno para escuelas*,

9. Designada, por meio do decreto n. 335, de 7 de agosto de 1907, para viagem comissionada a São Paulo.

10. Identificado como “Sección A, Catálogo A20” da “J. Vellvé Company, 25 Beaver Street, New York”.

s.d., p. 3A). A popularidade dessa carteira devia-se, segundo o catálogo, aos suportes de aço de forma triangular, com caixa para livros de aço prensada e aberta pela frente, com acabamentos das partes metálicas com esmalte negro adornado. As dobradiças do assento eram incorporadas durante a fabricação, impedindo que se desajustassem com o uso e funcionavam sem ruído e permitiam pregar o assento completamente contra o encosto. A parte de madeira, dura, com acabamento de cor de “cactos”, verde, contava com um tinteiro em cada uma das carteiras de tamanhos diferentes. Essa carteira de modelo fixo, segundo divulgação do referido catálogo, fora fabricada para atender à demanda de carteiras de suporte de ferro em vez das de aço, mesmo sendo estas consideradas superiores. As peças de metal eram compostas de pranchas grossas reduzidas por flexão à forma quadrangular, eram de grande resistência e rigidez, fortes, elegantes, cômodas, eficazes e absolutamente modernas. Considerava-se um dos seus traços principais o “espaço adicional que proporciona para as pernas, devido à forma dos pés traseiros, a qual elimina todo estorvo nos lados e facilita o acesso ao assento” (*Catálogo moderno para escuelas*, s.d., p. 4A, livre tradução).

Porém, mesmo que chegassem ao Paraná notícias e mobília consideradas “modelares”, a situação da organização do ensino tinha seus próprios caminhos de implantação e apropriação das idéias e dos projetos que estavam em circulação. A perspectiva aqui empregada acompanha as reflexões de Chartier quando este discute textos, impressos e leituras e apresenta a fertilidade da noção de “apropriação” porque “permite pensar as diferenças na divisão, porque postula a invenção criada no próprio cerne dos processos de recepção” (Chartier, 2002, p. 136).

Nos primeiros anos do século XX o estado da mobília, dos edifícios e dos utensílios era de extrema precariedade. Segundo relatório do inspetor escolar Sebastião Paraná sobre a fiscalização feita na capital do estado em 1907, era urgente a construção de edifícios especialmente para funcionar como escola, uma vez que quase todas as escolas funcionavam “em salas particulares, de pequenas dimensões, faltas de ar e de luz, onde mestres e discípulos não encontram o necessário conforto durante a afanosa labuta escolar” (Relatório do inspetor escolar da capital, Sebastião Paraná, ao diretor geral da Instrução Pública, Arthur Pedreira

de Cerqueira, 1907, p. 53). Observa-se que não seria tarefa fácil aquilatar os inconvenientes dos prédios de aluguel para as escolas e a ausência de condições prescritas pela higiene pedagógica.

A denúncia da falta de material agravava-se quando o inspetor Sebastião Paraná relatava que os professores do seu distrito, além de não obterem do governo estadual “completo mobiliário, mapas murais, aparelhos ginásticos”, eram “forçados a adquirir à custa própria até os livros para a escrituração, talhas para água e outros utensílios necessários” (idem, *ibidem*).

Verifica-se todo um conjunto de materiais, de modo que as crianças fossem educadas em um ambiente previsto para formar hábitos estéticos e afetivos seletos. Segundo Souza (1998), “o mobiliário escolar revela determinados hábitos e costumes sociais que se quer instituir e disseminar entre os alunos” (Souza, 1998, p. 143).

O provimento do mobiliário escolar não era apenas instrumentação intelectual para o estudo das crianças, mas também “subsídio importante para a formação do caráter infantil” (Relatório do delegado fiscal da 1ª Circunscrição Escolar, Laurentino de Azambuja, ao diretor geral da Instrução Pública, Arthur Pedreira de Cerqueira, 1907, p. 59). Reside aqui a idéia de civilizar, educar determinadas “qualidades infantis”. Segundo o dicionário de Patrascoiu (1923), as qualidades exigidas na educação do caráter eram três: “a pureza ou moralidade, a firmeza ou estabilidade e a energia” (Patrascoiu, 1923, p. 75, livre tradução). Ao mesmo tempo, a educação deveria combater a timidez, a inatividade, a desconfiança, o temor e a vacilação, muito comuns nas crianças de famílias humildes (idem, *ibidem*).

Essa questão de formação do caráter infantil remete às reflexões empreendidas por Veiga (2005)<sup>11</sup>, que expõe que parte integrante do processo de formação do Estado-nação brasileiro durante o período imperial deu-se na elaboração do “imaginário de uma sociedade disfor-

---

11. O texto aqui indicado refere-se ao trabalho apresentado pela autora no VII Congreso Iberoamericano de Historia de la Educación Latino Americano, Universidad Andina Simon Bolívar, Equador, Quito, em 2005.

me a ser formatada pelas instituições. Esse imaginário tanto possibilitou a auto-representação das elites como pedagogas da nação, como das populações enquanto portadoras de anomias várias”<sup>12</sup> (Veiga, 2005).

Apesar de a autora mencionar, no referido texto, o período imperial brasileiro, entende-se adequado utilizar-se de tal análise também para o período republicano, uma vez que muitos dos documentos por mim utilizados sobre discursos de autoridades governamentais paranaenses transcritos em relatórios de instrução pública e de posicionamentos sobre instrução publicados em artigos de jornais locais revelam essa idéia de autoqualificação das elites como instruídas, capazes, civilizadas, entre outros tantos adjetivos positivos em contraposição explícita e direta à total ineficiência das populações pobres de cuidarem de si e de seus filhos, de alma e corpo rudes, de potencialidades viciosas e perigosas à nação e ao progresso, caso não sejam educáveis.

Quanto a isso, segundo palavras de Veiga (2005),

As tensões presentes no processo de institucionalização da escolarização podem ser pensadas num quadro de embate de representações onde esteve presente um imaginário perpassado pelas tensões entre uma infância e população rudes e uma infância e uma população civilizadas. Podemos afirmar que o contexto de proliferação dos ideais escolarizadores na sociedade apresentou-se como um momento altamente profícuo de elaboração do imaginário de sociedade disforme e da auto-representação positiva das elites [Veiga, 2005].

Como já se expôs até então, no decorrer dos primeiros anos do século XX reivindicava-se, pelas autoridades políticas paranaenses, que as escolas públicas primárias do estado fossem alvo de “bem orientada reforma”; caso contrário, não produziriam os efeitos pedagógicos desejados pelas autoridades em relação à instrução popular, ao faltarem “casa apropriada, mobiliário moderno, aparelhos para o ensino prático e intuitivo das ciências e artes, pátios, jardins para recreios, marchas e exercícios ginásticos” (Relatório do delegado fiscal da 1<sup>a</sup>. Circunscrição Es-

---

12. Veiga recorre às contribuições conceituais de Norbert Elias.

colar, Laurentino de Azambuja, ao Diretor Geral da Instrução Pública, Arthur Pedreira de Cerqueira, 1907, p. 61).

As citações já indicadas demonstram cabalmente a missão civilizadora da escola, por meio da missão de “ensinar ao povo a higiene moral”, estabelecendo assim as relações na formação do caráter nacional (Rangel, 1922, p. 134). O princípio higiênico “*mens sana in corpore sano*”, assumido pelo delegado fiscal como princípio orientador da educação da infância paranaense, indicava que o cultivo das qualidades morais e das faculdades intelectuais se devia antepor ao ensino metódico das leis da vida, consideradas indispensáveis à preservação da saúde. Nessa perspectiva, o papel do professor deveria incluir, além da propagação do ensino e da organização dos cursos escolares, “o encargo de ministrar aos discentes o conhecimento dos preceitos da ciência higiênica, que concorrem para o robustecimento do organismo” (Relatório do delegado fiscal da 1ª Circunscrição Escolar, Laurentino de Azambuja, ao diretor geral da Instrução Pública, Arthur Pedreira de Cerqueira, 1907, p. 60).

Torna-se explícito o papel da escola como espaço de formação moral, da ginástica educativa compondo a formação do devir do que se esperava do cidadão republicano.

A escola é centro educativo, onde o menino não vai unicamente receber os ensinamentos necessários às manifestações da vida social, ele também precisa retemperar-se na aquisição dos salutareos preceitos da moral, no conhecimento dos deveres do futuro cidadão para com a sociedade e dos princípios higiênicos que concorrem para a robustez de seu organismo, ainda em incipiente desenvolvimento [idem, p. 61].

Segundo esclarece Gondra (2000), a higiene fornecerá um modelo de organização escolar pautado na razão médica, modelo que, ao ser constituído, retiraria do espaço privado o monopólio sobre a formação da criança. Ainda com o autor, essa razão médica apela aos

argumentos científicos que recobrem um amplo espectro de questões vinculadas à escola, tais como o problema da localização dos edifícios escolares, da

necessidade de uma edificação própria e apropriada para funcionar como escola, do ingresso dos alunos, do tempo e dos saberes, da alimentação, do sono, do banho, das roupas, dos recreios, da ginástica, das percepções, da inteligência, da moral e, inclusive, das excreções corporais [Gondra, 2000, p. 527]<sup>13</sup>.

A relação da higiene, do espaço escolar e da mobília estava prevista, por exemplo, no Regimento Interno das Escolas Públicas do Estado do Paraná de 1903, por meio da seguinte determinação: nas escolas públicas, as salas de aula deveriam ser espaçosas, bem arejadas, evitando-se correntes diretas de ar e bem iluminadas, incidindo a luz de preferência da esquerda para a direita. Uma resposta para tal determinação encontra-se na obra *A higiene na escola*, de Mello (1902)<sup>14</sup>, quando afirma que, se a luz vier pela frente, ofusca os alunos e os impede de ver o mestre escrevendo na “pedra” e os quadros alocados aos seus lados; se a luz vier por trás, ainda assim ofuscaria o mestre e, se vier do lado direito, faz sombra em quem escreve. Por isso, seria imperativa a determinação da iluminação da esquerda para a direita (Mello, 1902, p. 12).

Segundo a legislação referida, as salas de aula deveriam ser varridas diariamente, depois borrifadas com água simples ou com uma solução de creolina ou outro anti-séptico. Determinava-se ainda que as crianças deveriam apresentar-se limpas na escola, embora com vestuários pobres.

A missão civilizadora do espaço, do mobiliário e da higiene escolar visava ainda, segundo parecer do diretor da Instrução Pública Arthur Pedreira de Cerqueira, produzir, nas crianças especialmente pobres filhas de colonos, o “gêrmen do progresso” para a indisposição destas contra as precárias instalações de onde nasceram, inspiradas pela comparação com a edificação e o mobiliário escolar.

---

13. A temática da higiene escolar vem sendo estudada por pesquisadores da história da educação como, por exemplo, Heloísa Rocha e José Gondra. Citam-se dentre as inúmeras publicações destes as respectivas teses de doutoramento, Rocha (2001) e Gondra (2000).

14. Manuais de higiene, manuais escolares têm sido objeto de análise de colegas pesquisadores em história da educação. O trabalho de Rocha (2000) é prova disso, no artigo “Prescrevendo regras de bem viver: cultura escolar e racionalidade científica”, que toma como fonte o manual escolar *Noções de higiene: livro de leitura para as escolas*, de Afrânio Peixoto em co-autoria com dr. Graça Couto, publicado em 1914.

Ora, se os prédios escolares, as salas, o mobiliário fossem organizados de forma a ferir o espírito das crianças, a lhes mostrar a disparidade de conforto existente entre a casa de habilitação dos seus progenitores e o templo da instrução, certamente, chegadas à idade viril, e já possuindo o germen do progresso, bebido na comparação quotidiana, não se contentariam com a primitividade em que nasceram, e procurariam, quando não sobrepujar, pelo menos igualar, nas condições de vida, aquilo que viram e observaram na casa, destinada, não só a lhes fazer conhecer as letras do alfabeto, mas também os meios e modos de conseguir um sempre crescente bem estar físico, moral e intelectual [Relatório do diretor geral interino da Instrução Pública, Jayme Dormund dos Reis, ao secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Luiz A. Xavier, sobre o ano de 1909, publicado em 1910, p. 59].

Textos de relatórios de instrução pública, como de legislação educacional paranaense, expostos anteriormente, são reveladores do exercício constante de desqualificação da população pobre da época, como a idéia de “primitividade” do ambiente onde nasceram e viviam, da rudez de seus espíritos e da desejada civilidade que a instrução, por meio de prédios, salas, mobiliário, poderia propiciar aos corações infantis.

A prescrição sobre a temática da mobília escolar, pelo texto do Regimento Interno das Escolas Públicas do Estado do Paraná de 1903, era de que esta não deveria estar necessariamente adequada às condições das crianças, pois a previsão era “sempre que for possível, sentar-se em bancos proporcionados à sua estatura, juntos de mesas ou carteiras cuja altura corresponda mais ou menos ao cotovelo dos alunos sentados” (art. 55, inciso 3 do Regimento Interno das Escolas Públicas do Estado do Paraná de 1903). Para evitar defeitos visuais, determinava-se que o aluno deveria sentar-se com a cabeça e o corpo aprumados, sem encurvação considerada anormal da espinha dorsal, colocando assim o livro ou o papel que fosse ler a 0,35m mais ou menos dos olhos. Mello (1902) argumenta que, em vez de a mobília escolar ser distribuída por classes, deveria estar condicionada pela “estatura” das crianças, devendo em cada classe haver três tipos de móveis proporcionais às estaturas dos alunos. Entendia-se com isso que “não sofreria a disciplina, porquanto os alunos ocupariam a mesma classe, apenas os maiores ocupando os móveis mais altos

e os menores os mais baixos, e lucraria a higiene, possuindo cada aluno um móvel proporcional à sua estatura” (Mello, 1902, p. 15).

A falta de material escolar já estava prevista na legislação, e o seu uso coletivo era submetido a regras higiênicas como, por exemplo, deveria a criança evitar levar o lápis à boca a fim de umedecê-lo, pois esse mesmo lápis poderia ser usado por outro aluno. E qual era a situação de distribuição de material nas escolas e nos grupos escolares da capital do estado? Por meio da inspeção realizada em 1907 pelo delegado fiscal Laurentino de Azambuja, algumas situações serão aqui transcritas para ilustrar a precariedade identificada pelo delegado e alguns aspectos considerados adequados. No grupo escolar “Xavier da Silva” identificou-se a falta de “mapas, globos, e mais utensílios ao ensino prático e intuitivo”. O prédio tinha

dois recreios cobertos, cujo solo ainda não se acha revestido de cimento ou assoalho, de modo que as enormes nuvens de poeira desprendidas do local, necessariamente prejudicarão a saúde dos que ali se reúnem nas horas de recreio para gozar de alguns momentos de diversão [Relatório do delegado fiscal da 1ª Circunscrição Escolar, Laurentino de Azambuja, ao diretor geral da Instrução Pública, Arthur Pedreira de Cerqueira, 1907, p. 62].

Na Escola Oliveira Bello, por exemplo, a situação descrita é agravada, pois, apesar de as salas de aula serem espaçosas e ventiladas, não ofereciam “os requisitos higiênicos relativos à distribuição da luz solar”. E na Escola Cruz Machado, a situação era ainda mais precária, o prédio ressentia-se “de graves defeitos de higiene pedagógica” e era “insuficiente para o número de alunos” que o freqüentavam. A Escola Carvalho encontrava-se em situação melhor, pois o edifício era “espaçoso” e oferecia “boas condições higiênicas”, necessitando apenas de “recreio mais amplo” (idem, p. 62-63).

Afora os relatórios de instrução pública, a imprensa paranaense também noticiava as mazelas do ensino no Paraná. O *Diário da Tarde* afirmava que eram raros os edifícios apropriados à causa mister na capital e em outras localidades do estado, representando “pardieiros” segundo avaliação do jornal. “Em geral as escolas acham-se aboletadas em edifi-

cios completamente avessos às prescrições higiênicas, acanhados, úmidos, quando não são verdadeiros pardieiros como acontece em muitos lugares do interior”. Junto a isso, o mobiliário escolar também era alvo de objeção. A afirmação indicava que, ao visitar estabelecimentos de ensino da capital do estado, deparava-se ainda com “bancos pelo sistema rudimentar de taboas estendidas por sobre caixões de querosene!” (*Diário da Tarde*, 30 maio 1907).

Se de um lado o grupo escolar era recebido e divulgado como o ícone de renovação pedagógica, e os reformadores paranaenses em seus inúmeros relatórios assim o sustentavam, evidenciava contradições, pois muitos dos edifícios reservados para esse fim não apresentavam as condições idealizadas pela literatura pedagógica e pela própria legislação paranaense.

Mais do que um registro das dificuldades materiais dos grupos escolares e das escolas isoladas paranaenses, o interesse é demonstrar a por vezes completa distância entre os almeçados edifícios escolares, e respectivos utensílios de ensinar, e os já caracterizados “pardieiros” conseguidos para fazer ali funcionar os estabelecimentos de ensino primário, ou mesmo “templos de instrução”, nem sempre mercedores da nomeação de “grupos escolares”.

No contexto paranaense dos anos de 1910, o mobiliário escolar não se encontrava em suas melhores condições. Em geral, a informação era de que o governo do estado fornecia pequeno número de bancos e quadros, alguns adquiridos pelos próprios professores. “Muitas escolas existem em que, na falta de mobiliário adequado, as crianças sentam-se em caixotes, tijolos e outros móveis, na ocasião arranjados” (Relatório do diretor geral interino da Instrução Pública, Jayme Dormund dos Reis, ao secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Luiz Xavier da Silva, 1909, p. 59).

No plano da prescrição, os regulamentos da Instrução Pública de 1907 e 1909 estabeleciam como compromisso do professor a responsabilidade e o zelo pelo edifício, mobiliário e material escolar. Para a legislação de 1907, o professor deveria “zelar pela boa conservação e condições higiênicas do mesmo, devendo pedir ao inspetor escolar toda e qualquer providencia nesse sentido” (art. 57, Regulamento da Instru-

ção Pública do Estado do Paraná, decreto n. 479 de 10 de dezembro de 1907). Para a de 1909, o professor deveria “zelar escrupulosamente pela conservação do edifício escolar, pelo seu mobiliário e material técnico, e manter em tudo o mais rigoroso asseio” (art. 278, inciso XII do Regulamento Orgânico do Ensino Público do Estado do Paraná, decreto n. 510 de 15 de setembro de 1909). Esse dispositivo do regulamento de 1909 suscitou oposição na imprensa. O *Diário da Tarde*, em matéria sobre “Mobiliário Escolar”, ironizou tal prescrição legal, afirmando que esta seria de fácil cumprimento pelos professores, uma vez que eles não poderiam descuidar de mobília inexistente. “Os professores não podem dar espandelas em mobílias... ausentes” (“Mobiliário Escolar”, *Diário da Tarde*, 4 mar. 1910). O retrato apresentado por essa matéria sobre o mobiliário das escolas era de:

Quando muito possuem velha mesa, manca, com reumatismo em quase todas as pernas; algumas carteiras anti-higiênicas; meia dúzia de alguns bancos, verdadeiros leitos de Procusto, que supliciam as crianças; um quadro-negro desbotado, já meio fosco, evoluindo para branco [idem].

A crítica ao quadro-negro já desbotado e quase branco fundava-se no preceito higiênico de determinados manuais pedagógicos e de higiene escolar das primeiras décadas do século XX, de que o quadro deveria ser realmente “negro, liso e fosco”, características que facilitariam o uso do giz e não refletiriam a luz, sendo que o lugar recomendado para afixá-lo na sala era a “extensão da parede” que corresponderia à “cátedra do professor” a fim de que fosse “perfeitamente visível por toda a classe, ou em cavaletes móveis” (Rangel<sup>15</sup>, 1922, p. 140)<sup>16</sup>.

15. Da Academia Mineira e do Conselho de Instrução do Estado de Minas Gerais. Professor de história natural e higiene das Escolas de Farmácia e Odontologia de *Granberg*. Doutor em ciências naturais e físico-químicas pelo mesmo instituto e diretor dos grupos escolares de Juiz de Fora (nota biográfica em Rangel, 1922).

16. Um estudo exemplar sobre a história do quadro-negro pode ser encontrado no trabalho de Barra em *Da pedra ao pó: o itinerário da lousa na escola paulista do século XIX* (2001).

Esse assunto acirrava os debates já estampados pelos jornais locais em torno da organização pedagógica da escola primária no início do século XX. Durante o ano de 1910, o jornal *Diário da Tarde* publicou uma série de reportagens sobre o mobiliário na instrução pública paranaense, fruto do “inquérito” promovido pelo jornal a fim de indicar aos gestores do estado “as necessidades materiais” das escolas. Um representante do *Diário da Tarde* realizou visitas às escolas da capital. A exposição das informações fora apresentada por “cadeiras”; por exemplo, a situação do mobiliário na primeira cadeira nas escolas x, y, z, e assim sucessivamente. Primeiramente, avaliou as escolas para o sexo masculino em funcionamento na capital e, depois, as do sexo feminino na mesma localidade. A primeira conclusão foi “enorme falta de escolas públicas para meninos”.

Outra consideração era a já conhecida precária situação dos edifícios escolares no Paraná. De modo ilustrativo, destacamos a avaliação da segunda “cadeira” que funcionava em uma das divisões da Escola Cruz Machado. Apesar de ser o edifício adequado para funcionar a escola, as salas eram insuficientes para atender às exigências regulamentares. O responsável por essa escola, professor Veríssimo de Souza, justificava que a reduzida frequência de alunos a esse estabelecimento se devia ao fato de funcionar no mesmo prédio uma escola “promíscua”, quer dizer, mista, e as moléstias eram reinantes, como varicela, escarlatina etc. O *Diário da Tarde* afirmava que o referido professor já teria oficializado inúmeras vezes ao diretor da Instrução Pública as providências para os problemas identificados, como solicitar “limpeza na escola, fechadura para a porta do fundo, a qual por essa falta” dava entrada “às cabras da vizinhança, depois de findos os trabalhos escolares”. Isso levava o professor Veríssimo de Souza a transportar para a sua residência os objetos avaliados por ele como preciosos. O representante do *Diário da Tarde* registrava que não havia sido instalado nessa escola o serviço de água e esgotos e que o poço se achava “cheio de imundices, latas velhas etc.” (“Instrução Pública. As escolas masculinas da capital – condições, matrícula, necessidades materiais – o mobiliário”, *Diário da Tarde*, 15 jun. 1910).

A publicação da sindicância aberta pelo *Diário da Tarde* revelou também que, com relação às cadeiras, normalmente as terceiras, quartas

e quintas que funcionavam nos grupos escolares apresentavam condições diversas. Com relação à terceira cadeira do grupo Xavier da Silva, a avaliação não foi das melhores, havendo problemas nas “paredes reclamando um banho de cal; vidraças reclamando vidros”, faltando ainda carteiras, mapas, livros de escrituração etc. Ocupava posição um pouco melhor a Escola Oliveira Bello se comparada aos outros grupos escolares, ressentindo-se de um estrado, de alguns materiais, tendo sido intensamente reclamados pelo professor Lourenço de Souza, responsável pela terceira cadeira. A considerada em melhor estado era a quarta cadeira na mesma Escola Oliveira Bello. Segundo havia declarado o professor Julio Theodorico Guimarães ao *Diário da Tarde*, a escola tinha: “jardim bem conservado, água e esgotos, carteiras em abundância, o edifício bem conservado, limpo pintado a óleo” (“Instrução Publica. As escolas masculinas da capital – condições, matrícula, necessidades materiais – o mobiliário II”, *Diário da Tarde*, 18 jun. 1910).



Figura 2: Escola Oliveira Bello (extraído do relatório do inspetor geral do Ensino, Cesar Prieto Martinez, ao secretário geral do estado, Marins Alves de Camargo, 1924, 106a).

Do ponto de vista da pesquisa em história da educação, a divulgação dos dados inventariados pelo jornal *Diário da Tarde* sobre as condi-

ções materiais dos grupos escolares permite uma série de questionamentos sobre o funcionamento interno da escola pública primária no Paraná no século XX, um conjunto rico e detalhado de informações que pode servir como ferramentas para a análise da cultura escolar.

Fator importante vinculado à temática do mobiliário e dos utensílios escolares, o almoxarifado é considerado uma “instituição” cuja incumbência era a “guarda, distribuição, arrecadação e reparos” dos materiais escolares. Em 1913, Francisco de Azevedo Macedo, que assumia a direção do ensino paranaense, baixou uma instrução a todos os professores para que lhe enviassem relação dos móveis e utensílios existentes nas escolas, com indicação daquilo que estaria em falta. Relatório do diretor geral dava conta de que quase todos os professores cumpriram a determinação e que, aos poucos, se remetia o material para alguns estabelecimentos. A justificativa dada por Francisco de Azevedo Macedo foi de que esse trabalho só poderia ser agilizado à medida que fossem “sendo montadas as carteiras americanas, trabalho esse a cargo de um marceneiro e um auxiliar” (Relatório do diretor geral da Instrução Pública, Francisco de Azevedo Macedo, ao secretário do interior, Justiça e Instrução Pública, Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, sobre o ano de 1913, publicado em 1914, p. 6).

Em correspondência do ano anterior, dirigida ao secretário do Interior e ao diretor da Instrução Pública, apresentava o professor normalista Adolpho Nascimento Brito de “Serro Azul” a lista de material existente e faltante em sua escola. O relatório manuscrito<sup>17</sup> pedia providências para que a escola sob a responsabilidade do professor fosse provida do material adequado. Afirmava o professor: “Não existe um quadro-negro, onde se possam fazer amplas demonstrações aos alunos e bem assim de mapas e globo para melhores explicações do estudo da geografia” (Relatório do professor normalista Adolpho Nascimento Brito, ao secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, e ao diretor geral da

---

17. Esse ofício do professor corresponde à documentação inédita e manuscrita colhida no acervo do Departamento de Arquivo Público do Paraná, no material intitulado “A.P. 1424, v. 5, assinado em 21 de março de 1912”.

Instrução Pública, 1912, p. 36). A listagem apresentada pelo professor da cidade de “Serro Azul” comprovava a insuficiência dos utensílios para o ensino:

- 13 carteiras
- 2 bancos compridos
- 1 mapa do “Estado do Paraná”
- 1 balde de zinco
- 1 quadro-negro de 0,50 m2
- 1 caneca de folha [idem, p. 37].

A lista do material solicitado pelo professor às autoridades paranaenses foi a seguinte:

- 1 mapa do “Brasil”
- 1 mapa geral da “América” (continente)
- 1 globo terrestre
- 1 mapa-mundo
- 1 quadro-negro
- 1 mesa com gaveta
- 3 cadeiras
- 1 filtro com talha
- 2 copos [idem, ibidem].

O contraste entre o existente e o almejado era evidente. A listagem apresentada pelo docente parecia acanhada, mas representava a voz e pressão do professor sobre os representantes políticos do estado ante os problemas enfrentados. Esse dado revela um aspecto importante do estudo da cultura escolar – a presença do professor no cenário educacional. No caso desse texto, a participação do professor verificada por meio de um inventário da mobília e utensílios escolares revela um personagem vivo, em ação, posicionando-se diante das situações concretas de seu cotidiano e de seu ofício no magistério. Sabe-se da fertilidade das correspondências e dos relatórios de professores nas pesquisas de história da educação. Entende-se que os vestígios deixados pela atividade

docente, anotações, protestos, organização profissional e política, dificuldades e realizações obtidas com os alunos, produção, apropriação e veiculação de materiais destinados aos professores ou por estes produzido compõem uma vasta pauta para os estudos históricos sobre o universo escolar, pela perspectiva nomeada de “nova historiografia educacional”. Agustín Escolano (1997)<sup>18</sup>, ao traçar as tendências gerais da historiografia educativa, sustenta a positividade do alargamento de temas e perspectivas fornecidas pela “nova história educativa”<sup>19</sup> e sugere o enfrentamento da história da escola e do ensino, percorrendo temas como espaço e tempo, currículo, métodos e materiais de instrução e manuais escolares, entre outros. Sugere também o pesquisador espanhol que se deve analisar a organização e vida escolar, examinando temas como

a disciplina e regime interior dos estabelecimentos docentes, os valores educativos que veiculam os ordenamentos e regulamentos escolares, os supostos pedagógicos que informam a atividade cotidiana nas instituições, *as atitudes e mentalidades docentes* e discentes – por meio, por exemplo, do estudo das memórias e diários –, os comportamentos familiares a respeito da escola, etc. [Escolano, 1997, p. 75, grifo meu, tradução livre].

No Paraná, a inspeção do estado dos materiais e das escolas, bem como da conduta dos professores fora ordenada pelo secretário do Interior Enéas Marques dos Santos como tarefa dos delegados de ensino. Para auxiliar no mapa descritivo da situação dos materiais de ensino existentes nos estabelecimentos escolares do Paraná, um levantamento importante fora realizado pelo representante do Almojarifado em 1916, em cumprimento a ordens recebidas. A listagem de objetos e as respectivas quantidades saídas do Almojarifado vinculado à Secretaria do In-

---

18. Neste texto o nome do autor aparece registrado somente como “Agustín Escolano” sem o outro sobrenome “Benito” identificado em outras obras do mesmo autor.

19. Para mais detalhes em torno dessa discussão, ver a coletânea de textos presentes em *La investigación histórico-educativa: tendencias actuales* organizada por Narciso de Gabriel e Antonio Viñao Frago (1997).

terior, Justiça e Instrução Pública revelam uma movimentação escolar, entre o dispensado e o solicitado, para reparos nos materiais advindos da escola, e dos objetos dirigidos às escolas.

Ressalte-se que o estado de absoluta precariedade nos estabelecimentos escolares do Paraná, inclusive na maioria dos grupos escolares em anos anteriores a 1916, parece ter-se modificado parcialmente quanto aos grupos do quadro urbano do estado. Essa avaliação havia sido feita pelo delegado de Ensino e inspetor escolar interino da capital, Candido Natividade da Silva. Observava, fruto de inspeção nos estabelecimentos restritos à sua área de atuação, que as escolas eram “providas de mobiliário e material técnico suficientes e em regular estado”, acrescentando que os grupos escolares e algumas escolas simples do quadro urbano eram providos de “excelente mobiliário e material técnico”, contrariamente aos edifícios das escolas simples fora do quadro urbano, que quase nunca ofereciam as condições consideradas necessárias (Relatório do delegado do ensino e inspetor escolar interino da capital, Candido Natividade da Silva, ao secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Enéas Marques dos Santos, 1917, p. 243. In: Relatório do secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Enéas Marques dos Santos, sobre o ano de 1916, publicado em 1917).

O estado animador em que se encontrava a instrução paranaense se explicava, segundo o delegado de ensino, pela reforma empreendida por Francisco de Azevedo Macedo à frente da direção do ensino no Paraná (idem, p. 248).

Pode-se aquilatar a melhoria do mobiliário nas escolas por meio do relatório do Almojarifado, dos objetos que ali chegaram para reparos, dos objetos que saíram destinados às escolas. Segundo avaliação do secretário do Interior no ano de 1917 tinha sido grande o movimento do Almojarifado da instrução paranaense.

A partir dessa listagem, constata-se objetos que povoavam a vida escolar primária, materiais utilizados e requeridos pela escola para a realização de seu trabalho como carteiras e mesas, quadros-negros, giz; materiais necessários para a limpeza dos estabelecimentos, como vassouras, baldes; utensílios de ensino como cadernos, mapas, régua, tinteiros, cartilhas, enfim, um conjunto de objetos que podem revelar re-

cursos com os quais a instrução pública primária realizava sua tarefa, elementos constituintes de uma cultura escolar paranaense do Novecentos. O responsável pelo Almojarifado apresentou em 1917 inúmeros quadros com detalhamento sobre os materiais que chegavam e saíam desse departamento, com especificação do dia, mês, quantidade, objeto entregue à escola, o município designado, localidade para onde fora remetido e a quem foram entregues os objetos referentes à mobília.

Quadro 1  
Objetos recebidos e saídos do  
almojarifado da instrução paranaense – 1917

Objetos recebidos	Quant.	Objetos saídos	Quant.
“Mesa de pinho	28	“Carteiras nacionais	229
Cadeiras de braços	1	Carteiras para o Norte do estado	300
Quadros-negros	63	Carteiras americanas	131
Mapas do Brasil	1	Mapas do Brasil	37
Mapas do Paraná	36	Mapas do Paraná	33
Globos geográficos	1	Vassouras	86
Carteiras nacionais	58	Caixa de giz	124
Carteiras americanas	12	Capachos de ferro	4
Carteiras Brasil (ns. 1, 2 e 3)	171	Mesas de pinho	23
Traseiros de carteiras Brasil (n. 1, 2 e 3)	29	Cadeiras de pinho	26
Estrados	5	Estrados	4
Vassouras americanas (dúzias)	6	Quadros-negros	30
Vassouras para lavagem (dúzias)	2	Contadores	7
Vassouras para vasculhar (dúzias)	2	Tinteiros de louça	185
Cadeiras de pinho simples	70	Tinteiros de vidro	50
Tinteiros de louça	12	Globos geográficos	2
Placas esmaltadas	32	Baldes de zinco	2
Armários	4	Filtros e talhas	40
Contadores	1	Espanadores	1
Coleções mapas Parker	16	Cesta de papel	7
Coleções quadro Barreto	8	Placas esmaltadas	25
Cadernos curso cartografia n.2	200	Canecas	1

(continua)

(continuação)

Objetos recebidos	Quant.	Objetos saídos	Quant.
Livro do Mestre de trabalhos manuais	12	Fechaduras	1
Cadernos de trabalho manual n. 1 masc.	100	Bandeira nacional	1
Cadernos de trabalho manual n. 2, masc	100	Martelos	1
Cadernos de trabalho manual n. 2, masc	100	Caixas de penas	2
Cadernos de trabalho manual n. 2, masc	100	Relógios	1
Cadernos de trabalho manual n. 1, fem.	100	Quadros de história natural	8
Cadernos de trabalho manual n. 5, fem.	100	Latas de formicida	2
Cadernos de trabalho manual n. 6, fem.	100	Coleção de linguagem	4
Cadernos de trabalho manual n. 7, fem.	100	Cartilhas analíticas e sintéticas	5
Coleções alinhavos grandes	160	Cadernos Viana (coleções)	13
Coleções alinhavos sortidos	40	Livro do mestre de trabalhos manuais	4
Coleções alinhavos pequenos	200	Cadernos preliminares	10
Nova cartilha analítica sintética	12	Coleções de cadernos de caligrafia	1
Nova cartilha ensino rápido	12	Página infantil	3
Páginas infantis	12	Armários	9
Cadernos de cartografia	200	Cartilhas de ensino rápido	2
Cadernos Viana n. 1	400	Pacotes de alinhavos diversos	5
Cadernos Viana n. 2	400	Coleções de cad. de trab. manuais	1
Cadernos Viana n. 3	400	Lápis bicolor	48
Cadernos Viana n. 4	400	Verniz branco (kilo)	12
Cadernos Vianna Auxiliar da Cartilha	400	Água raz (litro)	12
Cadernos Vianna Preliminar	400	Pincel	1
Cadernos Vianna n.5	400	Réguas com pegadores	350
Cadernos Vianna n.6	400	Réguas de 0,30cm	2
Cavelete de madeira	1	Coleções de Mapas Históricos	2

(continua)

(continuação)

Objetos recebidos	Quant.	Objetos saídos	Quant.
Coleções Curso de Cartografia	8	Coleções de cartografia	28
Coleções Mapas Históricos	50	Metros de tela preta	10
Coleções Cadernos de Cartografia	8	A B C Geográficos	2
Envelopes material de trabalho manual	400	Coleções Parker	2
Álbuns sortidos de trabalho manual	400	Escovas para tela	10
Álbuns mostruários de alinhavos	400	Bureaux	1
A B C Geográficos	4	Sofá	1
Réguas de 30cm	2000	Pasta para mesa	1
Réguas grandes com pinho	40	Tinteiros duplos	7
Escovas para tela	40	Canetas	8
Mapas linguagem aritmética	10	Resma de papel	1
Tela negra (metros)”	20	Vidros de goma arábica	1
		Palitos fósforos s/cabeça (kilos)”	5

Fonte: Quadro elaborado a partir do Relatório do Almoxarife, João Miro, ao Chefe da 3ª Seção da Instrução Pública, Julio Pernetta, 1917.

Entende-se que o estudo do espaço e da mobília escolar pode constituir ferramenta importante para entender a cultura escolar da escola, de sua simbologia e materialidade, de cercar-se a uma definição mais empírica do ofício do professor. Junto com Escolano, entende-se que

o conhecimento das experiências de apropriação e representação dos espaços e tempos escolares tem que ver com a compreensão dos mecanismos de socialização da infância e com a ordem social dos adultos, e interessa, portanto a todas as ciências humanas e sociais [Escolano, 2000, p. 228].

Para finalizar, entende-se que o conjunto variado de materiais e utensílios presente na organização da instrução pública primária, aqui expresso uma parte dele, é revelador da fertilidade investigativa da cultura escolar, na busca de dar significado histórico-cultural-pedagógico a esse repertório que os gestores, inspetores, professores e crianças lidaram, cada um ao seu modo e diante das possibilidades que lhes foram possíveis. Entende-se que é instigador examinar os propósitos e as orientações que foram dirigidas às escolas públicas brasileiras, atentando para

as relações e especificidades de cada estado e localidades. Todavia, parece mais tentador ainda poder compreender os usos, as estratégias e práticas de professores, autoridades de ensino, crianças na realidade educativa, como eles se movem entre si, como se vêem e como atuam no cenário das disputas e tensões das práticas cotidianas escolares – prática aqui entendida como formula Certeau (2000) “enquanto enunciadoras de sentido” (p. 154).

E que sentidos podem ser apreendidos dos fragmentos aqui apresentados da realidade escolar paranaense do início do século XX? De um lado, a forte presença nos discursos e propósitos das autoridades de ensino que a instrução pública deveria integrar-se ao projeto de renovação dos costumes e da instauração de uma vida que se voltasse à ordem e ao progresso da sociedade republicana. As fontes permitem afirmar certo esforço dessas autoridades em viabilizar tal intento, seja pelo envio de professores e gestores a outras localidades para estudar e trazer contribuições de idéias e materiais para a organização da instrução pública ou pela organização de um almoxarifado para receber, emprestar e consertar materiais para as atividades docentes. Avalia-se que tais ações se opõem à perspectiva de uma simples retórica republicana e de mera conformação da população pobre. Entretanto, tem-se clareza da precariedade e fragilidade dos investimentos que foram feitos na instrução pública primária paranaense nesse período. A exposição feita neste texto quanto à situação da mobília, dos prédios e utensílios de ensinar presentes nos relatórios de governo, nos artigos de jornais e na legislação revelam dificuldades de consolidar o projeto de renovação pedagógica no estado e apresentam maneiras de pensar e modos de operar dos sujeitos envolvidos nesse projeto. As fontes indicadas são ricas de pistas, problemas e caminhos que a instrução pública primária no Paraná percorreu e também reveladoras de uma cultura escolar material produzida.

## Referências bibliográficas

BARRA, V. M. da. *Da pedra ao pó: o itinerário da lousa na escola paulista do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História e Filosofia da Educação) – Pro-

grama de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

CARVALHO, M. M. C. de. Reformas da instrução pública. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 225-251.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. de Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Lisboa: Difel, 2002.

CERTEAU, M. de. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

*CATALOGO moderno para escuelas*. New York: J. Vellvé Company, s.d.

ESCOLANO, A. La historiografía educativa: tendencias generales. In: GABRIEL, N. de; VIÑAO FRAGO, A. (Eds.). *La investigación histórico-educativa: tendencias actuales*. Barcelona: Ronsel, 1997. p. 51-84.

\_\_\_\_\_. *Tiempos y espacios para la escuela*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2000.

GABRIEL, N.; VIÑAO FRAGO, A. (Eds.). *La investigación histórico-educativa: tendencias actuales*. Barcelona: Ronsel, 1997.

GONDRA, J. G. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação na Corte Imperial*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

KUHLMANN JR., M. *As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)*. Bragança Paulista: USF, 2001.

MARTÍN, R. L. *La escuela por dentro: perspectivas de la cultura escolar en la España del siglo XX*. Valencia: Universidad de Valencia, 2001.

MELLO, B. V. de. *A higiene na escola*. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1902.

PATRASCOIU, J. *Diccionario pedagógico ilustrado*. Buenos Aires: Libéria de A. Garcia Santos, 1923.

PESAVENTO, S. J. *Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

RANGEL, J. *Breviário de hygiene*. Belo Horizonte. Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1922.

ROCHA, H. H. P. Prescrevendo regras de bem viver: cultura escolar e racionalidade científica. *Cadernos CEDES*, Campinas: Centro de Estudos de Educação e Sociedade (CEDES), n. 52, p. 55-73, 2000.

\_\_\_\_\_. *A higienização dos costumes: a educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SOUZA, G. de. *Instrução: o talher para o banquete da civilização: cultura escolar dos jardins-de-infância e grupos escolares no Paraná, 1900-1929*. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

SOUZA, R. F. de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.

VINÃO FRAGO, A. De la importancia y utilidad de la historia de la educación (o la responsabilidad moral del historiador). In: GABRIEL, N.; VINÃO FRAGO, A. (Eds.). *La investigación histórico-educativa: tendencias actuales*. Barcelona: Ronsel, 1997. p. 15-49.

VEIGA, C. G. Conflitos e tensões na produção da inclusão escolar de crianças pobres, negras e mestiças, Brasil, século XIX. In: CONGRESO IBEROAMERICANO DE HISTORIA DE LA EDUCACIÓN LATINO AMERICANO, 7., Quito, 2005. *Anais...* Quito: Universidad Andina Simon Bolívar, 2005. Mimeografado.

WARDE, M. J. Oscar Thompson na Exposição de St. Louis (1904): a exhibit showing “machinery for making machines”. In: FREITAS, M. C. de; KUHLMANN JR., M. (Orgs.). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 409-458.

## Fontes escritas

### Legislações:

PARANÁ (Estado). *Decreto n. 35, de 9 de fevereiro de 1895*. Regulamento da Instrução da República. Curitiba: Tip. D’A República, de 1895.

\_\_\_\_\_. *Decreto n. 93, de 11 de março de 1901*. Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná. Curitiba: Tip. D’A República, 1901.

\_\_\_\_\_. *Decreto n. 263, de 22 de outubro de 1903*. Regimento Interno das Escolas Públicas do Estado do Paraná. Curitiba: Tip. D'A República, 1903.

\_\_\_\_\_. *Lei n. 723, de 3 de abril de 1907*. Curitiba: Tip. D'A República, 1907.

\_\_\_\_\_. *Decreto n. 335, de 7 de agosto de 1907*. Curitiba: Tip. D'A República, 1907.

\_\_\_\_\_. *Decreto n. 479, de 10 de dezembro de 1907*. Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná. Curitiba: Tip. D'A República, 1907.

\_\_\_\_\_. *Lei n. 894, de 19 de abril de 1909*. Curitiba: Tip. D'A República, 1909.

\_\_\_\_\_. *Decreto n. 510, de 15 de setembro de 1909*. Regulamento Orgânico do Ensino Público do Estado do Paraná. Curitiba: Tip. D'A República, 1909.

### *Artigos de jornais*

“NOTAS do dia”. *Diário da Tarde*, 30 maio 1907.

“MOBILIÁRIO Escolar”. *Diário da Tarde*, 4 mar. 1910.

“INSTRUÇÃO PÚBLICA. AS escolas masculinas da capital – condições, matrícula, necessidades materiais – o mobiliário”. *Diário da Tarde*, 15 jun. 1910.

“INSTRUÇÃO PÚBLICA. AS escolas masculinas da capital – condições, matrícula, necessidades materiais – o mobiliário II”. *Diário da Tarde*, 18 jun. 1910.

### *Relatórios*

RELATÓRIO do diretor geral da Instrução Pública, Victor Ferreira do Amaral e Silva, ao Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública do estado do Paraná, Octavio Ferreira do Amaral e Silva, 1900.

RELATÓRIO do diretor geral da Instrução Pública, Victor Ferreira do Amaral e Silva, ao Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública do estado do Paraná, Octavio Ferreira do Amaral e Silva, 1902.

RELATÓRIO do diretor geral do Ensino, Victor Ferreira do Amaral e Silva, ao Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, sobre o ano de 1902, 1903.

RELATÓRIO do diretor interino da Instrução Pública, Reinaldo Machado, ao secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Bento José Lamenha Lins, 1904.

RELATÓRIO do secretário de Obras Públicas e Colonização, Arthur Pedreira de Cerqueira, ao governador do estado do Paraná, Francisco Xavier da Silva, sobre o ano de 1903, 1904.

RELATÓRIO do secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Bento José Lamenha Lins, ao presidente do estado do Paraná, Vicente Machado da Silva Lima, sobre o ano de 1904, 1905.

RELATÓRIO do delegado fiscal da 1ª Circunscrição Escolar, Laurentino de Azambuja, ao diretor geral da Instrução Pública, Arthur Pedreira de Cerqueira, 1907.

RELATÓRIO do inspetor escolar da Capital, Sebastião Paraná, ao diretor geral da Instrução Pública, Arthur Pedreira de Cerqueira, 1907.

RELATÓRIO da professora Carolina Pinto Moreira, ao presidente do estado do Paraná, João Candido Ferreira, 1907.

RELATÓRIO do delegado do Ensino da 3ª Circunscrição, Ismael Alves Pereira Martins, ao diretor geral da Instrução Pública do Paraná, Arthur Pedreira de Cerqueira, 1908.

RELATÓRIO do diretor geral interino da Instrução Pública, Jayme Dormund dos Reis, ao secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Luiz Xavier da Silva, 1909.

RELATÓRIO do diretor geral interino da Instrução Pública, Jayme Dormund dos Reis, ao secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Luiz A. Xavier, sobre o ano de 1909, 1910.

RELATÓRIO do professor normalista Adolpho Nascimento Brito, ao secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, e ao Diretor Geral da Instrução Pública, 1912 (Relatório manuscrito presente no Departamento de Arquivo Público do Paraná, material intitulado A.P. 1424, v. 5, assinado em 21 de março de 1912).

RELATÓRIO do diretor geral da Instrução Pública, Francisco de Azevedo Macedo, ao secretário do interior, Justiça e Instrução Pública, Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, sobre o ano de 1913, 1914.

RELATÓRIO do delegado do ensino e inspetor escolar interino da Capital, Candido Natividade da Silva, ao secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, 1264

Enéas Marques dos Santos, 1917, p. 243. In: Relatório do secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Enéas Marques dos Santos, sobre o ano de 1916, publicado em 1917.

RELATÓRIO do Almoхарife, João Miro, ao Chefe da 3a. Seção da Instrução Pública, Julio Pernetta, 1917 [EEJ12], s/p. 1282.

Endereço para correspondência:  
Gizele de Souza  
Rua Dr. Goulin, 1077  
Hugo Lange – Curitiba-PR  
CEP 80040-280  
E-mail: gizelesouza@uol.com.br

Recebido em: 5 mar. 2007  
Aprovado em: 18 jun. 2007